



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

UNIDADE: Departamento de Trânsito - DETRAN

SECRETARIA: Planejamento e Gestão

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

DECISÃO OGE/LAI n.º 332/2016

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado ao Departamento de Trânsito - DETRAN, número SIC em epígrafe, solicitando acesso às petições iniciais deferidas sobre recurso de suspensão de Carteira Nacional de Habilitação, bem como resposta de deferimento do órgão.
2. A instituição apontou a impossibilidade de atendimento da demanda, posicionamento reiterado em instância recursal. Na sequência, o interessado interpôs recurso cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Primeiramente, cumpre afastar a alegação do órgão no sentido de que o Serviço de Informações ao Cidadão seria canal de atendimento exclusivamente para solicitações de natureza “institucional, “tais como dados estatísticos, dados sobre contratos, licitações, concursos e etc.”
4. Conforme já consignado em decisões anteriores, a legislação vigente (Lei nº 12.527/2011) regulamenta o direito constitucional de acesso à informação, assegurado pelo artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição da República, segundo o qual “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu **interesse particular**, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade (...)”. Conforme se depreende do texto constitucional, o direito de acesso à informação não se refere apenas a informações “de interesse coletivo ou geral”, mas também às informações “de interesse particular”, inexistindo qualquer dispositivo legal que restrinja as atribuições do SIC às informações ditas “institucionais”.
5. A competência do SIC é definida, portanto, não em função do interesse subjacente à informação requerida, e sim de acordo com o tipo de solicitação. Em outras palavras, seja qual for a finalidade do demandante (para satisfação de interesse público ou particular), o SIC ocupa-se de pedidos de informação e deve buscar atendê-los, não tendo competência para apurar denúncias ou solicitar providências.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

6. No caso específico em análise, no entanto, assiste razão ao órgão quando aponta a falta de especificidade na solicitação do interessado. Com efeito, o artigo 10 da Lei exige que o pedido formulado ao órgão especifique a informação que se pretende, permitindo ao SIC identificar e disponibilizar exatamente o dado solicitado. Nesse sentido, não comporta atendimento o pedido considerado genérico, entendido como aquele que “não descreve de forma delimitada (quantidade, período temporal, localização, sujeito, recorte temático, formato, etc.) o objeto do pedido de acesso à informação, o que impossibilita a identificação e a compreensão do objeto da solicitação”.¹
7. Ao formular sua solicitação, o interessado solicitou cópia de “petições iniciais” que tenham sido deferidas, sem indicar qualquer expediente ou caso específico que permita ao Serviço de Informações ao Cidadão atender com precisão ao pedido. Nesse sentido, verifica-se que o pedido carece de elemento fundamental para seu devido atendimento, de modo que a negativa do órgão encontra respaldo na legislação vigente.
8. Diante do exposto, tendo em vista a falta de especificidade na formulação do pedido, a impedir seu atendimento pela indeterminação e generalidade do objeto, **conheço do recurso** para, no mérito, **negar-lhe provimento**, com fundamento no artigo 10, *caput*, da Lei nº 12.527/2011, restando ausentes, portanto, as hipóteses previstas no artigo 20 do Decreto nº 58.052/2012.
9. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 29 de novembro de 2016.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO

¹ *Aplicação da Lei de Acesso à Informação na Administração Pública Federal*, p. 33, disponível em <<http://www.acessoainformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes>>.